



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2013

### PROCESSO DE COMPRA Nº 0123/2013 - PREGÃO ELETRÔNICO

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui em diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG nº 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVI, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra nº 0123/2013 – Pregão Eletrônico - SRP, devidamente homologado à fl. 274 do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05 e do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa doravante designada FORNECEDOR, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

**Órgão Participante deste Registro de Preço: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho PRT 15ª Região.**

#### **FORNECEDOR**

**DELTA CABLE TELEINFORMÁTICA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.**, com sede na Rua Profª. Ana de Oliveira Viana, nº 184, Vila Fanny, em Curitiba-PR, CEP 81030-200, inscrita no CNPJ n.º 00.111.511/0001-80, telefone: (41) 3021-1700, e-mail: [francisco.lopez@deltacable.com.br](mailto:francisco.lopez@deltacable.com.br), neste ato representada por seu procurador, Sr. **Francisco Martín Lopez**, portador da Carteira de Identidade n.º 9.973.097-2, SSP-PR e do CPF n.º 085.694.918-32.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO** - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de cabos lógicos em padrão UTP, destinados às instalações, ampliações e manutenções das redes corporativas de dados distribuídas nas Unidades deste E. Tribunal, bem como, nas mesmas condições, às Unidades do Ministério Público do Trabalho – PRT 15ª Região, Órgão Participante neste Registro de Preços, conforme informações constantes do Anexo a este instrumento – Preço Registrado e FORNECEDOR.

**Parágrafo Único** - A existência de preços registrados não obriga o TRT ou o Órgão Participante a adquirir o material, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**



2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT ou o Órgão Participante solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for precisa, mediante Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho do Órgão Participante.

2.1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação. O Aviso de Empenho, pelo Órgão Participante, será enviado por e-mail ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia.

2.1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do material.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho (Órgão Participante) poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT e/ou pelo Órgão Participante.

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho (Órgão Participante) no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do FORNECEDOR perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB), perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho (Órgão Participante) ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00, na Seção de Almoxarifado do TRT, localizada na Rua Ângela Signori Grigol, 05, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, ou, no caso do Órgão Participante, no local indicado por este. As entregas deverão ser acompanhadas das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas através da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho (Órgão Participante).

2.2.1. Para entrega dos materiais ao TRT, o FORNECEDOR deverá realizar agendamento, com 01 (uma) semana de antecedência, junto ao Chefe da Seção de Almoxarifado, pelos telefones (19) 3289-2778/3288-0040.

2.3. O FORNECEDOR obrigar-se-á a realizar a **entrega** dos materiais no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, Autorização de Compra ou Aviso de Empenho (Órgão Participante).



2.4. O FORNECEDOR obrigará-se a fornecer os materiais com prazo de garantia de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal ou pelo Órgão Participante.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

3.1. O FORNECEDOR não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia do material, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

3.3. O FORNECEDOR obrigará-se a nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.4. O FORNECEDOR deverá, durante a vigência desta Ata, comunicar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR** - O FORNECEDOR será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e do Órgão Participante, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

### **CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

5.1. O recebimento provisório ocorrerá, no ato da entrega dos materiais, de acordo com todas as especificações constantes deste edital, acompanhadas das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega dos materiais, acompanhados da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente do TRT ou pelo Órgão Participante, quando couber.

5.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as quantidades, a marca/modelo, os valores unitário e total, bem como o número do processo que deu origem à aquisição (Processo de Compra nº 0123/2013 – Pregão Eletrônico - SRP).



5.2.2. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT ou sobre o Órgão Participante qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.3. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, ou pela Divisão de Orçamentos e Finanças, em mesmo prazo e condições, no caso do Órgão Participante, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMTO**

6.1. O FORNECEDOR que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará seu cancelamento pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contado a partir do último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

6.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.



6.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6.7. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

6.8. O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material não entregue.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS -** Constituem motivos para o cancelamento do Registro de Preços as situações previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto 7.892/2013, sem prejuízo das sanções administrativas, nos termos da lei.

**CLÁUSULA OITAVA: DA VALIDADE -** Este registro de preços tem sua validade não superior a **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do artigo 12 do Decreto nº 7.892/2013.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO -** O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo Coordenador de Manutenção do TRT, designado gestor da presente ata no âmbito deste E. Tribunal.

**CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE -** O TRT e o Órgão Participante se comprometem a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos.

**CLÁUSULA ONZE: DO PREÇO -** Os preços (valores unitários) dos materiais a serem fornecidos são os constantes no Anexo a esta Ata.

**Parágrafo Único -** Já estão incluídas nos valores constantes no *caput* desta cláusula, todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

**CLÁUSULA DOZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS -** As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja pelo cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT e/ou Órgão Participante, conforme o caso.

**Parágrafo Único -** Na ausência do pagamento das multas, o TRT e/ou Órgão Participante poderão descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.



**CLÁUSULA TREZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO FORNECEDOR E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA** – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:


- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 2.1.3 da cláusula 2ª (apresentação das certidões do FGTS, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- b) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;e
- c) Não se verifique fraude à licitação.

**CLÁUSULA QUATORZE: DO FORO** – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 12 de junho de 2013.

  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
71 **EVANDRO LUIZ MICHELON**  
TRT

  
**DELTA CABLE TELEINFORMÁTICA, COM. E REPRES.COMERCIAIS LTDA.**  
**FRANCISCO MARTIN LOPEZ**  
**PROCURADOR/FORNECEDOR**  
**Engº Francisco M. Lopez**  
**Gerente Comercial Filial SPO**  
**Delta Cable Telemática Ltda.**



**ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2013**  
**PROCESSO DE COMPRA N.º 0123/2013 – PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PREÇO REGISTRADO E FORNECEDOR**

**FORNECEDOR: Delta Cable Teleinf., Com. E Rep. Comerciais Ltda.**

<b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO</b>			
<b>Lote</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant. un.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>
1	Cabo Elet. Multi-lan U/UTP 24AWGX4P Cat. 5E CM AZ RoHS – 23200080 - Furukawa	300	286,70
2	Cabo Elet. Gigalan U/UTP 23AWGX4P Cat. 6 CM AZ RoHS – 23400013 - Furukawa	100	506,30
<b>VALOR TOTAL (TRT): R\$ 136.640,00</b>			
<b>Prazo e local de entrega:</b> de acordo com os subitens 2.2 a 2.4 da cláusula segunda.			
<b>Validade da ata:</b> 11/06/2014			

<b>PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO</b>			
<b>Lote</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>
1	Cabo Elet. Multi-lan U/UTP 24AWGX4P Cat. 5E CM AZ RoHS – 23200080 - Furukawa	10	286,70
2	Cabo Elet. Gigalan U/UTP 23AWGX4P Cat. 6 CM AZ RoHS – 23400013 - Furukawa	10	506,30
<b>VALOR TOTAL (PRT): R\$ 7.930,00</b>			
<b>Prazo e local de entrega:</b> a ser indicado pelo Órgão Participante.			
<b>Validade da ata:</b> 11/06/2014			